

MÍDIA E CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

UMA ANÁLISE DO BRASIL DE 2014 A 2018

3

Enio Cardoso (eniocardoso@live.com)*

Resumo: Este artigo é uma síntese da pesquisa intitulada “Mídia e Confiança nas Instituições Democráticas: Uma Análise do Brasil de 2014 a 2018”, desenvolvida para a obtenção do doutoramento em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul. No primeiro item, consta uma breve introdução sobre o tema geral, o desenho e os respectivos componentes da pesquisa, bem como a metodologia empregada. A referida pesquisa foi desenvolvida utilizando como ferramentas a metodologia qualitativa e o método Process Tracing-Theory Testing (mapeamento de processo causal-testar uma teoria). No segundo item, foram listados os principais conceitos que deram o embasamento teórico a este trabalho. O item número 3 traz uma introdução das análises e uma descrição mínima dos componentes da pesquisa, bem como dos resultados obtidos. No item número 4, consta a conclusão do trabalho.

Palavras-chave: mídia; democracia; confiança; instituições; Brasil.

MEDIA AND TRUST IN DEMOCRATIC INSTITUTIONS: AN ANALYSIS OF BRAZIL FROM 2014 TO 2018

Abstract: This article is a synthesis of the research named “Media and Trust in Democratic Institutions: An Analysis of Brazil from 2014 to 2018”, developed to obtain a PhD degree in Political Science at the Federal University of Rio Grande do Sul, Brazil. The first item presents a brief introduction theme in general terms, the design and the respective components of the research, in addition to the methodology used. The research was developed using as tools of analysis the qualitative methodology and the Process Tracing-Theory Testing method. The second item lists the main concepts that provided the theoretical basis for this work. The item number 3 brings an introduction to the analyzes and a minimal description of the research components, as well as the results obtained. In item number 4, there is the conclusion of the work.

Keywords: media; democracy; trust; institutions; Brazil.

1 INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Durante as duas últimas décadas do século XX, o mundo, de uma maneira geral, mas, em especial, a América Latina, ingressou em um processo de acelerada redemocratização formal, em que regimes autoritários cederam lugar a governos eleitos diretamente pela população. Já no início dos anos 90, o continente

* Doutor em Ciência Política pela UFRGS.

experimentou algo que não havia acontecido em praticamente todo o restante do século que estava terminando: a maioria dos países latino-americanos estava adotando o regime democrático como forma de governo. Samuel Huntington (1991) chamou aquele processo de terceira onda de redemocratização.

Muito embora tenha havido alguns retrocessos, com golpes e tentativas de golpes, como no caso do Haiti em 1991, Peru em 1992 e Venezuela em 1993, e os profundos desequilíbrios socioeconômicos tenham persistido, a América Latina se encaminhava para o novo século (milênio) convivendo com a formalização dos procedimentos democráticos e a consolidação de instituições representativas. As elites econômicas locais, tradicionalmente amparadas por forças armadas submissas aos seus interesses e propensas à tomada do poder pela força sempre que julgassem necessário ou fossem estimuladas a agir, pareciam ter aceitado a existência de constituições que garantiam minimamente um regramento, com pluralidade na disputa pelo poder político e o respeito aos direitos humanos (MOISÉS, 1995).

No caso do Brasil, por exemplo, que havia passado por uma redemocratização controlada pelas forças do regime autoritário anterior (LAMOUNIER, 1990; SOUZA, 1996; GOMES, 1997), a elaboração de uma nova Constituição durante os anos 80, pelo *impeachment* de um presidente, inúmeras crises e, finalmente, a estabilização econômica durante os 90, ingressou no século XXI com uma democracia relativamente consolidada, embora ainda enfrentando aquilo que Moisés (2005) classificou como um paradoxo, ou seja, a população apresentava uma crescente adesão à democracia enquanto forma de governo, ao mesmo tempo em que os níveis de confiança da população nas instituições eram persistentemente baixos (MOISÉS, 2005; MOISÉS; CARNEIRO, 2008).

No que pese a persistente desconfiança nas instituições, no início dos anos 2000, pesquisas feitas por Meneguello (2006) e dados do Latinobarômetro (2009 e 2010) demonstravam que os brasileiros haviam se tornado mais exigentes no exercício de sua cidadania do que nas primeiras décadas após o final do regime autoritário, ao mesmo tempo em que se mostravam mais confiantes na democracia (LATINOBARÔMETRO, 2009, 2010; MENEGUELLO, 2006).

No entanto, no final da segunda década do século XXI, passados mais de trinta anos desde o início do processo de reconstrução da democracia no Brasil, esta volta a dar mostras de sua fragilidade e incompletude. Durante o período pós-ditadura, aconteceram inegáveis e significativos avanços no que se refere à consolidação de procedimentos institucionais, com eleições regulares e relativamente competitivas (BAQUERO, 2008). Porém parece não ser mais prudente acreditar que somente esses procedimentos formais podem dar conta da complexidade dos processos e eventos que passaram a ocorrer na sociedade brasileira já a partir do início da segunda década do século XXI. O dilema da instabilidade das instituições parece estar de volta. O fantasma de novas crises e rupturas, com diferentes formatos e motivações, não parece ser mera teoria conspiratória (MIGUEL, 2019; SOUZA, 2016). Pesquisas do Latinobarômetro

mostraram que a confiança da população nas instituições e na própria democracia enquanto regime caiu a níveis historicamente baixos. Dados de 2018, por exemplo, apontavam que, naquele ano, apenas 38% da população brasileira acreditavam que a democracia era a melhor forma de governo, e apenas 9% estava satisfeita com o desempenho do regime democrático; os que confiavam somados aos que confiavam muito no Poder Judiciário contabilizavam um percentual de 34% da população, no Governo Federal 7%, no Congresso Nacional 13%, e, nos Partidos Políticos, esse número era de apenas 6% (LATINOBARÔMETRO, 2018).

Dessa forma, como consequência de um período relativamente longo de acentuado aprofundamento da desconfiança na democracia e suas instituições, a população brasileira, acreditando que aquela fosse a maneira correta de ver suas expectativas atendidas, elegeu, em 2018, para presidente da República, um candidato com características historicamente não democráticas. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, é um político de extrema direita, manifestamente contrário aos direitos humanos em geral e das minorias em específico, com tendências antidemocráticas e que, em diversas ocasiões, defendeu o regime autoritário (ditadura) que se originou do golpe militar de 1964, bem como seus procedimentos, como prisões, tortura e, até mesmo, eliminação física dos adversários do regime (SOLANO, 2018; CIOCARI; PERSICHETTI, 2018; TOSI, 2019; CAVALCANTE, 2020).

Portanto parece plausível se sugerir que, no contexto da sociedade brasileira da segunda década do século XXI, existiu uma relação entre a queda acentuada e persistente dos níveis de confiança da população na democracia e suas instituições e o momento de instabilidade que o país vivia e ainda vive. A própria eleição de Jair Bolsonaro para presidente, por suas características já descritas acima, parece deixar pouca margem para dúvidas sobre isso. Essa constatação vai ao encontro das elaborações feitas por Easton (1975), entre outros autores vinculados à teoria da Cultura Política, os quais, em seus trabalhos, apontaram a estreita relação entre a confiança institucional das populações e a estabilidade do regime democrático.

Não obstante esse quadro de deterioração da confiança nas instituições da democracia representativa e suas consequências para o Brasil, mas paralela e concomitante a ele, uma das constatações mais marcantes sobre a contemporaneidade em geral diz respeito à relação entre mídia e política nas mais diferentes sociedades (entendam-se, mais especificamente, sociedades ocidentais). Nessas diferentes sociedades, é possível observar que os meios de comunicação de massa (mídia) assumiram uma centralidade quase absoluta na vida das populações, mesmo que a maioria das pessoas nem se dê conta disso ou já tenham esse fenômeno como um aspecto natural de suas vidas. Em muitas situações, direta ou indiretamente, a mídia tem se mostrado capaz de abarcar e estabelecer os contornos da totalidade da vida social de grande parte dos indivíduos. Isso significa dizer que é a partir da interação com os conteúdos

simbólicos das mais diversas formas de mídia que as pessoas, em grande medida, reconhecem os seus respectivos lugares no mundo atual, bem como moldam os seus comportamentos, sejam eles relacionados às atividades cotidianas mais imediatas, sejam eles de natureza mais ampla e geral, na relação com grupos sociais maiores, em que as mais diversas identidades são reveladas (MIGUEL; BIROLI, 2010).

Segundo Thompson (1995), esse fenômeno não é recente e, com seus diferentes estágios de desenvolvimento, já perdura por alguns séculos. Seu início se deu por volta do século XVI, assumindo contornos mais nítidos do século XVIII em diante. O intenso e contínuo desenvolvimento dos meios de comunicação a partir da modernidade transformou “[...] a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder”, as quais não estão mais ligadas ao espaço geograficamente compartilhado (THOMPSON, 1995, p. 14).

Com a consolidação do capitalismo, durante os séculos XIX e XX, e a hegemonia da economia de mercado, as atividades da mídia foram se ampliando. Os poderes constituídos pelo Estado liberal, por exemplo, passaram a experimentar os meios de comunicação de massa no desempenho da função de canalizadores das demandas da esfera privada e seus agentes econômicos diretamente para a esfera política estatal, como um mediador entre sociedade e Estado, suplantando, em grande medida, o papel dos partidos políticos. Manin (1995) chamou esse estágio de democracia do público. Aqui é possível se observarem os meios de comunicação atuando como plataforma de manifestação da esfera pública, conforme conceituado por Habermas¹ (2014), porém, e mais do que isso, sendo eles mesmos o elo entre sociedade e Estado. No entanto essa “nova” situação apresenta contradições em si mesma, pois, na passagem da modernidade para as sociedades contemporâneas, os meios de comunicação também se transformaram em empresas capitalistas privadas, as quais têm interesses econômicos e políticos a defender tanto na esfera pública quanto na esfera estatal (LIMA, 2012). Nesses termos, eles passam a não ser mais um elemento neutro nesse processo.

Em consequência disso, a mídia perde a sua identidade de magistratura idealizada na modernidade. Os seus olhos não são mais os olhos dos cidadãos, vigiando como um “cão de guarda” para assegurar que o comportamento das instituições de Estado, assim como de seus ocupantes individuais, estivesse de acordo com os interesses da sociedade como um todo. Os olhos continuam sendo vigilantes como antes, mas passaram a pertencer a grupos de indivíduos e não mais ao público em geral. O “cão de guarda” agora é essencialmente privado e zela pela segurança apenas de áreas específicas do “território”. Por fim, todo o aparato tecnológico, importante para o exercício da sua função na

¹ Obra originalmente de 1962.

esfera pública, como teorizada por Habermas (2014), cumpre um outro papel e é utilizado, como em qualquer outra empresa capitalista, para defender os interesses de seus proprietários, acionistas e grupos com os quais tenham afinidades (FONSECA, 2011).

Já no início do século XX começaram a surgir as primeiras preocupações com o papel dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas. Max Weber foi um dos primeiros a se manifestar sobre isso. Mesmo sem ainda ter vivido a experiência do rádio na sua totalidade, já em 1910, o autor indagava sobre o crescente poder da imprensa. Weber chegou a propor um programa de pesquisa sobre o tema. Uma de suas preocupações estava no fato de a imprensa ser uma empresa capitalista com dois tipos completamente diferentes de clientes, os anunciantes e aqueles que compravam jornais. Ele já percebia na época o jornalismo, ou a empresa de mídia (hoje), como parte do processo de ação racional direcionada a atingir determinados fins e, naquele contexto, servindo a “dois senhores” com interesses distintos.

Posteriormente, Walter Lippman, Max Horkheimer e Theodor Adorno, entre outros, sistematizaram suas preocupações em forma de pesquisa de caráter científico. Depois disso, os estudos sobre os efeitos da mídia se multiplicaram, assim como as suas abordagens. Mais recentemente, alguns estudos têm se debruçado sobre aspectos mais sutis e específicos da relação mídia e sociedade. A maioria deles foi realizada nos últimos 50 anos, mas ainda têm como referência os estudos preliminares realizados por Walter Lippman no início do século XX.

Para os autores desses “novos” estudos, os meios de comunicação de massa, por suas características intrínsecas de produtores e disseminadores de material simbólico, no desempenho de suas funções, possuem a capacidade de influenciar fortemente a formação da agenda de temas relevantes que será apresentada para a sociedade (esfera pública), bem como podem definir o enquadramento que será dado a cada tema da agenda já estabelecida por eles. Isso significa dizer que a mídia pode escolher os eventos sobre os quais a sociedade vai tomar conhecimento no seu cotidiano, assim como pode direcionar o olhar das pessoas para um esquema interpretativo pronto sobre aqueles eventos. No original, esses estudos são chamados de *agenda setting* e *agenda framing* (agendamento e enquadramento, respectivamente). Entre os mais proeminentes trabalhos desenvolvidos sobre o tema estão os de McCombs e Shaw (1972), Goffman (1974), Entamn (1991), Fowler (1991), Maingueneau (1997), Porto (2004), Emediato (2013) e Orlandi (2016).

Por outro lado, e trazendo essas reflexões preliminares sobre a mídia para o contexto brasileiro, quando passa a ser permitida por aqui, em 1808, a imprensa se instala em uma sociedade de conformação social hierárquica, em que os senhores de terra (grandes proprietários de terra) eram a autoridade “natural” máxima e incontestada. Dessa característica social, segundo Sodré (1999), surge uma das muitas contradições vividas pelos meios de comunicação no Brasil ao longo de sua história. O “cenário” geral era de um capitalismo tentando

se desenvolver em meio a uma sociedade baseada, predominantemente, em latifúndios de produção econômica bastante rudimentar, quase feudais. Por sua vez, a imprensa já se constituía uma empresa com algumas características capitalistas; no entanto, pertencia e servia a um poder ainda primitivo e pré-capitalista. Isso porque aqueles mesmos proprietários dos meios de produção econômica rudimentares foram se transformando em proprietários da imprensa que se instalava no Brasil, pois eram eles que possuíam os recursos para tal empreendimento (SODRÉ, 1999). Assim, em geral, os veículos que foram surgindo naquele período eram jornais pertencentes e “[...] atrelados a grupos familiares dominantes, condicionados aos seus interesses econômicos e afinidades intelectuais” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 13-14).

Com o surgimento do rádio e, posteriormente, da TV, aconteceu o grande salto de desenvolvimento para o setor, do século XIX para o século XX. No Brasil, as concessões, outorgas e permissões para o funcionamento desses veículos (radiodifusão), todos sob o controle do Estado, seguiram a lógica de troca de favores entre os “coronéis” (lideranças regionais) locais e o governo central, identificada por Sales (1993) e que tinha raízes ainda no século XIX. Essa prática aumentou ainda mais a já grande influência de integrantes de oligarquias econômico-políticas sobre as populações locais, o que, por sua vez, facilitava a eleição de seus representantes para cargos públicos, tanto no âmbito regional quanto nacional (LIMA, 2008).

Historicamente, essas concessões foram sendo utilizadas como forma de favorecimento a grupos economicamente dominantes, em cujas mãos o controle do Estado brasileiro se alternava. No que pese a sua relevância para os regimes democráticos, a sociedade brasileira nunca foi convidada para discutir a forma com que as concessões de mídia foram distribuídas. O Estado as distribuiu de acordo com a conveniência conjuntural (LIMA, 2008).

Foi assim que, segundo Lima (2012), aos poucos foram se formando os grandes grupos de mídia no Brasil e, embora cada um dos meios — rádio, TV, jornais, revistas e, atualmente, a internet — possuam especificidades legais diferentes para funcionarem, em muitos casos estão sob o controle, de fato, de um mesmo grupo empresarial. Isso ocorre através do que se conhece por propriedade cruzada. Para o autor, esta se constitui numa característica marcante da mídia brasileira e que a distingue da maioria dos seus pares no cenário internacional, onde a propriedade cruzada é prática proibida. Assim, a mídia brasileira hoje, na maioria dos casos, ainda é composta por oligopólios capitalistas privados, de cunho familiar, pertencentes às elites locais e regionais. Muitas dessas elites, com profundas raízes nas oligarquias rurais da República Velha, ou mesmo anteriores (LIMA, 2012).

Assim, esta pesquisa, sendo sintetizada brevemente neste artigo, considerou que o exposto nas páginas anteriores — onde foram descritos, minimamente, o contexto de crise política e instabilidade do regime democrático em que a sociedade brasileira está inserida hoje, assim como a breve reflexão sobre a

centralidade da mídia para a construção dos processos sociais nas sociedades contemporâneas, inclusive com a suas características históricas, muito particulares no contexto brasileiro — apresenta grandes e relevantes desafios a serem enfrentados pelas Ciências Sociais em geral e em específico pela Ciência Política. E, na tentativa de contribuir para o entendimento e enfrentamento desses desafios e no intuito de investigar as possíveis causas para o fenômeno da perda da confiança da população brasileira na democracia, este trabalho apresentou como tese a ser desenvolvida e testada que: *os meios de comunicação de massa (mídia) contribuíram para a redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições*. O problema de pesquisa formulado com o objetivo de testar a tese acima foi: *como os meios de comunicação de massa (mídia), no exercício de suas funções, podem estar relacionados com a queda nos níveis de confiança da população na democracia e suas instituições no contexto da sociedade brasileira?* O objetivo geral delineado foi, *a partir da análise de eventos ocorridos entre 2014 e 2018, contribuir para aprofundar a compreensão do papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa no processo de redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições naquela conjuntura*.

Para este trabalho, não havia uma hipótese única e exclusiva como resposta para a pergunta de pesquisa explicitada no parágrafo anterior. Havia, na sociedade brasileira, um processo causal se desenvolvendo, o qual se iniciara já em anos anteriores, mas que se expressou de forma definitiva e acentuada ao longo do período aqui estudado. Assim, mais especificamente, *havia um conjunto de atividades causais (hipóteses) articuladas formando um mecanismo que, agindo a partir dos meios de comunicação de massa (variável independente), modificou a variável dependente, ou seja, contribuiu para a redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições, verificada entre 2014 e 2018*.

Por essa razão, o desenvolvimento desta pesquisa ocorreu utilizando-se do protocolo de metodologia qualitativa. O método que foi empregado denomina-se *Process Tracing*, (mapeamento de processo causal) na sua variante denominada *Theory-Testing* (testar uma teoria). Esse método é uma ferramenta cuja principal função é identificar mecanismos causais entre variáveis. Em outras palavras, é um método que busca identificar a cadeia de eventos que ocorre entre uma variável independente (causa X) e uma variável dependente (resultado Y). Essa cadeia de eventos constitui os instrumentos utilizados pela causa X para a produção do resultado Y (GEORGE; BENNETT, 2005; BENNET; CHECKEL, 2015).

A variante do método utilizada nesta pesquisa é normalmente empregada quando trabalhos anteriores já detectaram a possibilidade de correlação entre uma causa X e um resultado Y, mas não há a certeza se existe, verdadeiramente, um mecanismo causal ligando X e Y. No caso específico desta pesquisa,

a correlação é entre os meios de comunicação de massa (variável independente, causa X) e a redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições (variável dependente, resultado Y), durante o período de 2014 a 2018. Assim, conhecendo a causa X e o resultado Y, a partir da teoria já existente, foi elaborada uma hipótese plausível de mecanismo causal, identificando as suas possíveis atividades constitutivas. Nesse caso, as atividades causais do mecanismo hipotetizado foram: 1) a confiança que a população brasileira confere aos meios de comunicação de massa; 2) a cultura política da população brasileira de desconfiança nas instituições democráticas; e 3) o agendamento do tema corrupção com enquadramento de viés antipolítica em geral, fortemente personalizado no Partido dos Trabalhadores e seus governos. As duas primeiras atividades causais foram consideradas estruturais, pois já fazem parte das características históricas da sociedade brasileira. A terceira atividade causal foi considerada conjuntural, pois foi o componente “novo” introduzido naquele contexto para completar o processo que contribuiu na produção do resultado hipotetizado.

Assim, com todos os componentes do desenho de pesquisa definidos, o objetivo foi verificar se as evidências empíricas sobre as atividades causais, agindo a partir da causa X (meios de comunicação de massa), estavam presentes no contexto estudado e contribuíram no todo, ou em partes, para a produção do resultado Y (redução nos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições).

Segundo Beach e Pedersen (2013), o que permite ao pesquisador concluir sobre a existência ou não de um mecanismo causal em um caso estudado é um processo que se denomina inferência interna. Note-se que a existência ou não das evidências empíricas e dados em um determinado contexto é uma questão fática. Se existem, é sobre elas que a atenção do pesquisador precisa estar focada, pois é a sua força e robustez que vão definir se, após o processo de análise, o nível de confiança na presença do mecanismo hipotetizado aumentará ou será reduzido. Por isso, em um estudo de caso, esse processo não pode ser confundido com a busca pela confirmação da hipótese, pois ou as evidências existem ou não. Assim, devido à ontologia de causalidade usada no método *Process Tracing*, as ferramentas inferenciais utilizadas em métodos clássicos de análise estatística comparativa entre casos não podem ser aplicadas a esse método (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Nesse sentido, a lógica bayesiana oferece as ferramentas mais adequadas para se fazer o tipo de inferência interna que o método *Process Tracing — Theory Testing* exige, pois permite que observações empíricas confirmem ou não a existência de partes ou de todo o mecanismo causal entre X e Y. Essa lógica, segundo Beach e Pedersen (2013), contraria a bem conhecida ideia de Popper de que teorias não são verificáveis. A lógica bayesiana, ao contrário, afirma que se pode confirmar ou refutar a confiança do pesquisador em uma determinada teoria mesmo que a certeza tanto na confirmação quanto na refutação nunca

seja de 100%, o que, aliás, deve ser a ideia básica de todo o projeto de pesquisa que pretenda ser científico (BEACH; PEDERSEN, 2013).

A confirmação, ou o aumento da confiança do pesquisador, sobre a validade de uma teoria ou sobre a presença do mecanismo causal é alcançada, segundo a lógica bayesiana, quando a probabilidade posterior de validade do que foi teorizado é superior à probabilidade anterior à coleta de dados e evidências empíricas. Simplificadamente, quer dizer que, quando o pesquisador teorizar sobre a existência de um determinado mecanismo causal entre uma causa X e um resultado Y, ele utilizará todo o conhecimento já disponível a respeito do tema. Fazer isso já confere ao pesquisador um certo nível de confiança necessário para a formulação da hipótese (probabilidade anterior). Se, após a coleta de mais dados empíricos e evidências, o pesquisador encontrar razões para aumentar o seu nível de confiança na presença do mecanismo causal que ele formulou como hipótese (probabilidade posterior), segundo a lógica bayesiana, a sua teoria estará confirmada (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Finalmente, para que a existência do mecanismo causal entre uma causa X e um resultado Y seja comprovada usando o *Process Tracing — Theory Testing*, é necessário que cada parte desse mecanismo possa ser observada materialmente. Para que se possa detectar a manifestação dessas partes, o pesquisador precisa desenvolver cuidadosamente a previsão de quais evidências devem ser encontradas. Além disso, a formulação de previsões deve capturar a entidade em ação, assim como a sua atividade material específica. As evidências empíricas coletadas devem registrar os sinais da transmissão de poder entre X e Y por meio do mecanismo causal hipotetizado (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Nos Quadros 1 e 2, tem-se um organograma do desenho de pesquisa com a utilização da variante *Process Tracing — Theory Testing* e seus diferentes componentes, mostrando os elementos específicos que foram empregados por esta pesquisa, o que, juntamente com o período de tempo já mencionado anteriormente, define e completa o seu recorte empírico. Assim é possível visualizar a causa X ou variável independente (meios de comunicação de massa), as atividades que formam o mecanismo causal hipotetizado (confiança conferida pela população brasileira aos meios de comunicação de massa; cultura política de desconfiança da população nas instituições; agendamento e enquadramento do tema corrupção política pelo Jornal Nacional), e o resultado Y (baixos, ou redução, dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições).

2 PRINCIPAIS CONCEITOS

A presente pesquisa foi desenvolvida baseada principalmente em alguns fundamentos teóricos. São eles o conceito de Cultura Política, Confiança nas Instituições, Democracia Representativa Liberal Contemporânea, Esfera Pública, Agendamento e Enquadramento Midiático.

QUADRO 1 Organograma geral do desenho de pesquisa

Nível Teórico	CAUSA X	MECANISMO CAUSAL N1 > N2 > N3 ...	RESULTADO Y
Nível Empírico	Manifestação Empírica da Causa X	Manifestação Empírica de cada parte do Mecanismo Causal	Manifestação Empírica do Resultado Y

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Beach e Pedersen (2013).

QUADRO 2 Desenho da pesquisa com suas diferentes partes

	MECANISMO CAUSAL	
CAUSA X VARIÁVEL INDEPENDENTE	AC 1 > AC 2 > AC 3 ...* AC 1: A confiança conferida, pela população brasileira, aos meios de comunicação de massa. AC 2: A cultura política de desconfiança nas instituições. AC 3: o agendamento do tema corrupção com enquadramento de viés antipolítica em geral, fortemente personalizado no Partido dos Trabalhadores e seus governos.	RESULTADO Y VARIÁVEL DEPENDENTE
MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA		REDUÇÃO NOS NÍVEIS DE CONFIANÇA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NA DEMOCRACIA E SUAS INSTITUIÇÕES

Fonte: Elaborado pelo autor.

*AC = atividade causal.

3 ANÁLISES E RESULTADOS

No desenho desenvolvido para esta pesquisa, os conceitos mencionados acima não são células isoladas compondo, cada uma delas, o seu próprio universo. Ao contrário, são a base teórica geral que sustenta este trabalho porque se articulam entre si e obedecem a uma lógica de encadeamento por níveis de abrangência, os quais não são estáticos e muito menos possuem fronteiras com limites rígidos, já que, nos processos sociais que ocorrem em sociedades humanas e

no contexto específico aqui estudado, a transversalidade e os atravessamentos constituem a regra básica, não a exceção.

Assim, arbitrariamente definido por este pesquisador, para este trabalho, no nível mais amplo de abrangência, está o conceito de cultura política, já que se considera que é o tipo de cultura política existente em uma determinada sociedade, o que irá definir o regime político a ser adotado, as características da esfera pública que estará disponível, bem como o papel que os meios de comunicação de massa irão desempenhar enquanto importante agência socializadora e principal plataforma para a realização dos debates públicos. Em um segundo nível está a democracia representativa liberal contemporânea — modelo de governo da sociedade brasileira atual, mas que se originou nos séculos XVII e XVIII na Europa ocidental, passando por transformações no século XIX para, no século XX, começar a adquirir as feições que possui hoje. Em um terceiro nível, tem-se o conceito de esfera pública, que, de acordo com Habermas (2014), é aquele espaço imaginário localizado entre a sociedade civil e o Estado, em que ocorrem os debates sobre temas de interesse geral. Assim os eventos estudados por este trabalho aconteceram naquele espaço imaginário da esfera pública, tendo como plataforma principal os meios de comunicação de massa. Em um quarto e último nível de abrangência estão os conceitos de agendamento e enquadramento, que irão revelar o tipo de intervenção que a mídia teve no desempenho de suas funções como agência socializadora de cultura política, como plataforma para os debates da esfera pública. E, por fim, como resultado, trazem-se as implicações de tudo isso para a confiança da população brasileira na democracia e em suas instituições na conjuntura estudada.

3.1 *Causa x (variável independente): meios de comunicação de massa (mídia)*

Para questões de operacionalização da pesquisa, o conceito geral de meios de comunicação foi entendido e empregado como sendo o conjunto das instituições que utilizam tecnologias específicas para realizar a comunicação humana de massa (mídia) e baseia-se na elaboração de Venício Artur de Lima (2004) e em M. Wolf (1999). Os meios de comunicação de massa aqui estão representados pelo telenoticioso Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, de onde foram retirados os dados sobre o agendamento e enquadramento do tema corrupção durante o período estudado por esta pesquisa.

3.2 *Mecanismo causal (MC)*

O processo causal resultante do mecanismo hipotetizado aqui consiste em que, utilizando-se das duas atividades estruturais já presentes na sociedade brasileira — quais sejam o bom nível de confiança da população na mídia em geral e a cultura política de desconfiança nas instituições democráticas —, os meios de comunicação introduziram a terceira atividade causal: um intenso

e sistemático agendamento do tema corrupção, com um enquadramento de viés negativo sobre política em geral e, ao mesmo tempo, fortemente personalizado no Partido dos Trabalhadores e seus governos. Para esta pesquisa, esse processo contribuiu para uma acentuada redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições durante o período estudado, colocando em risco a própria estabilidade do regime democrático. Esta foi a teoria testada por esta pesquisa.

3.2.1 *Atividade causal 1: a confiança que a população brasileira confere aos meios de comunicação de massa (atividade estrutural 1)*

A descrição dessa atividade causal consistiu basicamente em um breve apanhado histórico sobre como surgiram os meios de comunicação no Brasil e suas principais características, à medida que foram se desenvolvendo enquanto mídia de massas. Para o presente trabalho, essa revisão histórica foi fundamental porque descreveu o processo que originou a mídia no Brasil e a sua submissão às autoridades socioeconômicas da época, que eram os senhores de terra (grandes proprietários rurais). Além disso, demonstrou que, com o passar do tempo, com o acelerado desenvolvimento tecnológico, a partir do século XX, essa mídia, já como empresa capitalista privada completa, permanece sob o arbítrio dessa mesma autoridade que a originou e passa a se envolver, como ator ativo e interessado, em todos os eventos políticos que podem ser considerados da maior relevância para a construção da sociedade brasileira como um todo. Não por acaso, para as historiadoras Martins e Luca (2008, p. 8), “[...] a imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira”, assim como diria Souza (2017, p. 214): “[...] a história da sociedade brasileira contemporânea não pode ser compreendida sem que analisemos a função da mídia e imprensa”.

A principal evidência empírica da existência dessa relação de confiança entre a população e a mídia em geral, hipotetizada como uma das causas estruturais para a ocorrência da acentuada redução nos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições, durante o período estudado por esta pesquisa, além do apanhado histórico sobre como se originaram os meios de comunicação de massa no Brasil, foram os dados de pesquisas recentes sobre o tema.

Pesquisas realizadas pelo Latin American Public Opinion Project (LAPOP) dão conta de que, em 2008, aproximadamente 64% da população brasileira confiava nos meios de comunicação. Em 2010 esse percentual subiu para próximo dos 70%, voltando aos 65% em 2012 (LAPOP, 2008, 2010, 2012). Já em 2016, ano de grande crise política no Brasil, quando ocorreu o impeachment da presidente Dilma Rousseff, que teve participação importante da mídia no processo, a pesquisa anual do Latinobarômetro mostrava que nada menos do que 85% da população brasileira consideravam que os meios de comunicação

de massa executavam um bom trabalho para a sociedade (LATINOBARÔMETRO, 2016). Em 2017, uma pesquisa realizada pelo Instituto Reuters, em parceria com a Universidade de Oxford, mostrou que 60% dos brasileiros confiavam na mídia. Essa pesquisa também traz outros dados interessantes: dos 36 países pesquisados naquele ano, o Brasil era o segundo que mais confiava na mídia. O primeiro colocado na lista era a Finlândia, com um índice de confiança de 62% da população. A diferença é que a Finlândia é um país com alto grau de desenvolvimento humano e baixíssimo nível de desigualdade social, onde praticamente 50% de todo o mercado de radiodifusão é controlado por uma empresa pública (não estatal), sem qualquer comprometimento com o mercado. Essa pesquisa mostrou também que, em 2013, 75% dos brasileiros tinham a TV como seu principal veículo de informação, em 2014 esse número passou para 78%, em 2015 foi para 81%, em 2016 eram 79% e, em 2017, voltou para 78% (REUTERS; OXFORD, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017).

3.2.2 Atividade causal 2: cultura política brasileira caracterizada pela desconfiança nas instituições que estruturam o regime democrático (atividade estrutural 2)

Assim como a primeira atividade, a cultura política de desconfiança nas instituições democráticas, por ser uma característica histórica, também é considerada uma atividade causal estrutural. Assim a hipótese desta pesquisa foi de que a existência desse tipo de cultura política na sociedade brasileira foi um facilitador necessário para que os meios de comunicação de massa (variável independente e causa X) contribuíssem para a importante redução nos níveis de confiança da população na democracia e suas instituições (variável dependente e resultado Y) durante o período estudado. Neste item, a descrição da atividade causal consistiu em uma apresentação dos preceitos teóricos básicos que sustentam a importância da confiança nas instituições para a estabilidade de um regime democrático, assim como dados da existência do seu oposto, ou seja, da desconfiança da sociedade brasileira, demonstrando a sua materialização no mundo real.

Para Meneguello (2006), em democracias consolidadas, mesmo que haja um certo grau de desconfiança nos partidos e nos políticos, a existência destes e das outras instituições que estruturam o regime democrático representativo permanece inquestionável, ou seja, esse é um valor que não se coloca em dúvida. No entanto, segundo a autora, no Brasil da primeira década imediatamente posterior ao fim da ditadura militar, essa ainda não era uma questão totalmente definida, muito menos consolidada. Ainda existia naquele período uma clara desvalorização daquelas instituições que viabilizam a participação da própria população nas decisões políticas através dos processos eleitorais, nomeadamente os partidos políticos e o Parlamento (MENEGUELLO, 2006).

Para Moisés (2008), esse quadro persistiu na década seguinte. Pesquisas mencionadas pelo autor davam conta de que, durante o período de 1995 a 2002, os

níveis de apoio à democracia no Brasil estavam entre os mais baixos da América Latina. Os indicadores variavam entre 38% e 58% de aprovação, enquanto os indicadores de satisfação com o desempenho do regime e a confiança nas suas instituições ficaram sempre abaixo dos 35% (MOISÉS, 2008). Entretanto, mesmo ainda com esses baixos níveis de confiança nas instituições, era possível se observar uma relativa estabilidade do regime e as instituições não pareciam estar sofrendo ameaças de continuidade no seu processo de consolidação (MOISÉS, 2010). Essa tendência seguiu inalterada, e no sentido de evolução positiva até 2010.

No início da segunda década do século XXI, no entanto, importantes eventos, os quais foram objeto de estudo desta pesquisa, passaram a ocorrer na sociedade brasileira, ocasionando o que pode ser classificado como uma “volta ao passado”, com um quase absoluto descrédito na democracia enquanto forma de governo e no funcionamento de suas instituições, colocando em risco a estabilidade do regime. Esse declínio da confiança, cujos dados constam em item posterior, pode ser observado em todas as instituições, mas principalmente naquelas cujos representantes são escolhidos pelo voto, ou seja, os partidos políticos.

3.2.3 *Atividade causal 3: o agendamento do tema corrupção pela mídia (JN), com enquadramento de viés antipolítica em geral, fortemente personalizado no Partido dos Trabalhadores e seus governos (atividade conjuntural)*

Para esta pesquisa, no que pese a grande diversidade de abordagens teóricas existentes a respeito do conceito de corrupção, o entendimento utilizado consistiu basicamente no comportamento de um agente investido de alguma forma de poder, direto ou indireto, dentro da estrutura do Estado, nos seus mais diversos níveis, que busca auferir vantagens indevidas, de qualquer natureza, para si ou terceiros. Essa definição, de alguma forma, se enquadra nas abordagens elaboradas por Treisman (2000), Rose Ackerman (1999), Pettit (2001), Nye (1967), Filgueiras (2009), Lima (2012) e Feres Júnior e Luana Sassara (2016).

O agendamento da corrupção significou a veiculação do tema na grade de notícias do Jornal Nacional, o que se enquadra no conceito elaborado, entre outros, por McCombs e Shaw (1972). O enquadramento significa o esquema interpretativo dado ao tema corrupção ao ser noticiado pelo mesmo telejornal, o que se enquadra no conceito elaborado, entre outros autores, por Entman (1991).

Em consonância com o método sendo utilizado, a descrição e operacionalização dessa atividade causal procurou obedecer à ordem cronológica em que os eventos aconteceram. Esta seção iniciou com uma breve contextualização histórica, que inicia em 2005, ano em que ocorreu o escândalo do Mensalão, até 2013, ano em que aconteceram os protestos antigoverno e anticorrupção durante o

mês de junho. Esse procedimento foi importante porque se considerou que os fenômenos e eventos estudados a partir de 2014 fazem parte de um processo que teve início exatamente com o Mensalão, em 2005.

A partir do ano de 2014, início do período estudado por este trabalho, foram apresentados, com uma frequência anual, os dados estatísticos sobre o agendamento do tema corrupção pelo Jornal Nacional, assim como os dados sobre o agendamento de outras formas de subtração de recursos públicos em que a corrupção política não foi mencionada como principal causa. Este último dado sobre outras formas de subtração de recursos públicos foi utilizado como elemento comparativo com relação ao tema corrupção política. Isso ocorreu porque estimativas feitas por órgãos nacionais e internacionais, apresentadas no texto principal da pesquisa, sugerem que a sonegação fiscal e evasão de divisas são responsáveis por uma fatia das perdas de receitas pelo governo brasileiro aproximadamente 5 vezes maior do que as perdas com a corrupção política.

A apresentação dos dados obedeceu a uma ordem considerada processual por esta pesquisa. Primeiro, no interior do texto principal, foram mostradas as tabelas com os números do agendamento anual do tema corrupção pelo Jornal Nacional. Em seguida, os gráficos sobre a percepção da corrupção, e, por fim, as tabelas com os níveis de confiança da população na democracia e suas instituições. Essa ordem se mostrou importante porque se considerou que o agendamento do tema corrupção política pela mídia, com a intensidade com que ocorreu, provocou o aumento da percepção do fenômeno pela população, que, por sua vez, contribuiu para alterar (reduzir) os níveis de confiança da população na democracia e suas instituições. Destaca-se que as tabelas com dados do Latinobarômetro e os gráficos sobre o ranking da Transparência Internacional sempre repetiram os dados dos anos anteriores para que a sua evolução pudesse ser observada e comparada. A partir do início do período de tempo definido como recorte empírico e estudado por esta pesquisa, esse procedimento se repetiu, tendo 2013 como ano de referência comparativa.

Neste artigo síntese da pesquisa, têm-se, no item a seguir, os dados gerais de todo o período estudado. Assim é possível se observar uma tabela com o agendamento do tema corrupção pelo Jornal Nacional, um gráfico sobre a percepção da corrupção e uma última tabela com os níveis de confiança da população na democracia e suas instituições, em formato de série histórica, para a visualização geral do movimento desses indicadores de 2013 (ano imediatamente anterior ao início da pesquisa) até 2018 (último ano pesquisado). Esta pesquisa encerrou as suas análises em junho de 2018, por considerar que o processo aqui estudado se completou até aquele período e que os eventos posteriores foram, no mais das vezes, desdobramentos dos anteriores.

Com relação ao enquadramento, como já foi mencionado anteriormente, alguns períodos específicos, devido à sua relevância para a conjuntura, receberam uma maior atenção da pesquisa. Desses períodos, algumas matérias jornalísticas

exibidas foram analisadas com maior profundidade, com a identificação dos componentes discursivos que caracterizaram o enquadramento dado a elas pelo *Jornal Nacional*. Com relação aos outros períodos, foram apresentados apenas os dados gerais do agendamento dessa atividade causal, pois se considerou (arbitrariamente) que, para os objetivos deste trabalho, e de acordo com o método sendo utilizado, os eventos ocorridos durante os recortes de tempo analisados mais profundamente foram representativos de todo o período. Para os aspectos relacionados ao enquadramento e identificação dos componentes discursivos das matérias jornalísticas analisadas, esta pesquisa utilizou como embasamento teórico as formulações feitas por autores como Bourdieu (1989 e 1997), Emediato (2013), Entman (1991 e 1993), Fairclough (2001), Faye (2009), Fowler (1991), Goffman (1974 e 1996), Herman e Chomsky (1988), Orlandi (2016), Porto (2004) e Santana (2020).

3.3 *Resultado y (variável dependente): redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições*

Esta pesquisa considerou que o processo que ocasionou a acentuada redução nos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições, verificada em 2018, como já mencionado antes, teve a sua origem em 2005, com o advento do escândalo do Mensalão. No entanto, a partir de 2014, importantes eventos ocorreram na sociedade brasileira, como a deflagração da Operação Lava Jato, entre muitos outros, os quais foram objeto de análise deste trabalho. A hipótese teorizada foi de que tais eventos acionaram o gatilho, acelerando de forma importante e definitiva a concretização do resultado Y sintetizado e mostrado abaixo, no Gráfico 1 e Tabelas 1 e 2.

Na Tabela acima, constata-se que ocorreu uma acentuada progressão no número de matérias jornalísticas tratando de alguma forma o tema corrupção exibidas pelo *Jornal Nacional* a cada ano da série analisada. Como a coleta de dados se encerrou em junho de 2018 e esse foi um ano de realização de Copa do Mundo de Futebol e eleições presidenciais, não é possível se afirmar que haveria um aumento na cobertura sobre o tema corrupção até o final daquele ano, comparativamente a 2017. No entanto é possível observar que, em apenas 6 meses de 2018, o *Jornal Nacional* exibiu mais reportagens sobre corrupção do que durante todo o ano de 2014, quando ocorreu a inauguração da Operação Lava Jato. Já reportagens sobre outras formas de subtração de recursos públicos não mencionando a corrupção política como sua principal causa foram largamente negligenciadas.

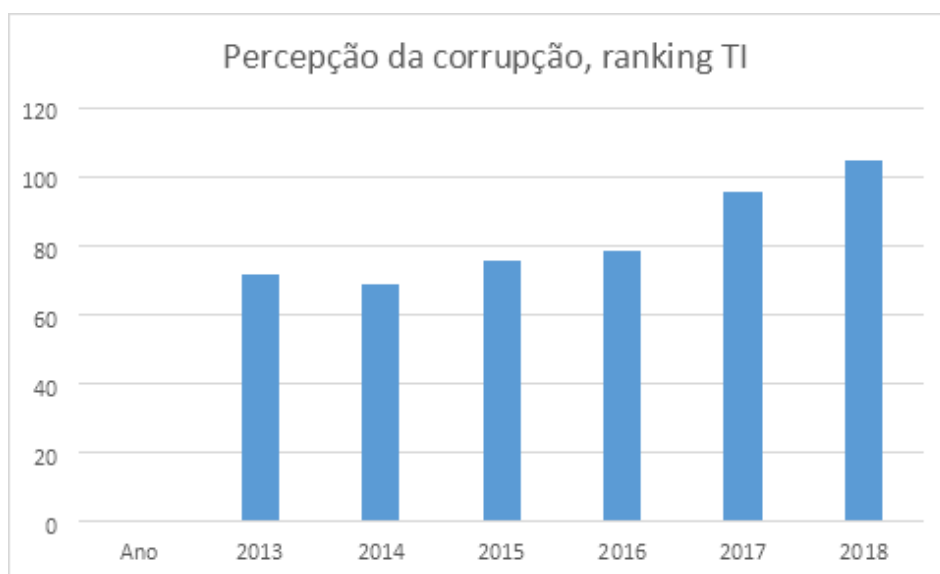
No Gráfico acima, observa-se que, embora tenha oscilado positivamente de 2013 para 2014, a percepção do evento corrupção política pela população brasileira teve uma trajetória de alta durante todo o período estudado por esta pesquisa, refletindo a progressiva intensificação do agendamento do tema pelo

TABELA 1 Evolução do agendamento, pelo Jornal Nacional, do tema corrupção política e outras formas de subtração de recursos públicos que não mencionam a corrupção política como principal causa — 2014 a 2018

Ano	Corrupção política	Subtração de recursos públicos sem menção à corrupção política
2014	483	23
2015	898	26
2016	1005	17
2017	1509	15
2018 1º semestre	520	5
Total	4415	86

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Globoplay/Jornal Nacional.

GRÁFICO 1 Ranking de percepção da corrupção de acordo com a Transparência Internacional 2013–2018



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Transparência Internacional.

Jornal Nacional, o que, por sua vez, se refletiu diretamente nos níveis de confiança na democracia e suas instituições, como pode ser observado na tabela abaixo.

TABELA 2 Avaliação da democracia, níveis de confiança da população nas instituições, classificação da corrupção enquanto problema para o país 2013–2018²

	Ano	2013	2015	2016	2017	2018
Instituições						
						%
Prefere a democracia entre todas as formas de governo		55	62	37	50	38
Satisfação com a democracia muito satisfeito + satisfeito		27	23	10	14	9
Partidos Políticos: confia muito + confia*		22	10	5	7	6
Congresso Nacional: confia muito + confia*		29	19	13	11	13
Governo federal: confia muito + confia*		40	19	10	8	7
Poder Judiciário: confia muito + confia*		43	33	40	28	34
Forças Armadas: confia muito + confia*		69	57	57	52	60
A corrupção como o problema mais importante		10	23	20	32	17

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do Latinobarômetro, 2013–2018.

A tabela acima completa o período analisado por esta pesquisa. Por isso, nela, pode-se observar toda a sequência de anos e a evolução dos indicadores. Se a comparação for feita exclusivamente entre o ano imediatamente anterior ao início da análise e seu último ano, a evolução negativa de todos os indicadores se mostra bastante acentuada. E, mesmo que se leve em consideração as pequenas variações que ocorreram dentro do período analisado, é possível se verificar que elas foram interrupções em um processo contínuo de evolução negativa dos indicadores. Da mesma forma, cabe observar que a evolução negativa nos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições é proporcional ao crescimento do agendamento da corrupção política na grade do Jornal Nacional, ao crescimento da percepção da corrupção pela população brasileira, bem como é proporcional ao crescimento da importância dada ao tema corrupção pela população brasileira como um problema relevante para a sociedade.

² Os percentuais nas tabelas estão relacionados ao N utilizado pela pesquisa Latinobarômetro, disponível no banco de dados na página oficial da organização: (<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>). Acesso em: 24 abr. 2021.

4 CONCLUSÃO

Seguindo a orientação metodológica utilizada e a partir das evidências empíricas e preceitos teóricos apresentados nos itens destinados à descrição e análise de cada atividade de forma individual, todas as partes do mecanismo causal hipotetizado estavam presentes no contexto estudado e operando de forma articulada para que a variável independente (meios de comunicação de massa) agisse sobre, e modificasse, a variável dependente (níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições). Essa confirmação se baseia na lógica bayesiana de inferência causal interna, que, simplificada, diz que, se após a coleta e análise de dados e evidências empíricas da pesquisa, a confiança do pesquisador na presença do mecanismo causal hipotetizado for maior do que era antes do início do processo, pode-se inferir com segurança que o mecanismo causal estava presente no contexto estudado (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Diante disso, pode-se inferir que os meios de comunicação de massa no Brasil, pelas suas características específicas elencadas, as quais podem ser resumidas em: (1) serem grandes conglomerados familiares de empresas capitalistas de comunicação, que se utilizaram das falhas na legislação existente e da benevolência de legisladores e governos para obterem o controle das mais diversas formas de mídia, edificando verdadeiros impérios do setor através do que se conhece como propriedade cruzada (LIMA, 2012); (2) pelo seu histórico recente de contribuição para a desestabilização do regime democrático no país, no período pré-1964, conseguindo apoio a um golpe de Estado em 1964, perpetrado pelos militares, que derrubou um governo democraticamente eleito e instalou um regime autoritário que durou mais de duas décadas, com apoio dessa mesma mídia, até praticamente o final do regime (JOSÉ, 2015; SODRÉ, 1999; SOUZA, 2016, 2017); (3) por seu apoio a um processo de redemocratização controlado pelos mesmos setores sociais que deram o golpe de 1964 e implementaram o regime autoritário (LAMOUNIER, 1990; SOUZA, 1996; GOMES, 1997); (4) pelo seu apoio praticamente unânime e uniforme em defesa de políticas de caráter ultraliberais, contrárias aos interesses do conjunto da sociedade brasileira, durante o processo de elaboração da Constituição de 1988, depois durante o governo de Fernando Collor e, principalmente, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FONSECA, 2005; PULITI, 2009; AREAS, 2012); (5) pela sua tomada de posição explícita, ou não, em favor de partidos, candidatos e governos da direita e centro-direita do espectro político nacional, em que o apoio à eleição de Fernando Collor de Mello em 1989, Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998, e oposição sistemática aos governos do Partido dos Trabalhadores a partir de 2003, chamaram a atenção pela intensidade com que ocorreram (GUIMARÃES; AMORIN, 2013; ALBUQUERQUE, 1994; RUBIM, 2004; GUAZINA, 2011; SOUZA, 2016, 2017); (6) e, finalmente, a partir de 2014, com o agendamento e enquadramento do tema corrupção, fartamente documentados por esta pesquisa, em um processo que

chegou muito próximo da criminalização de qualquer atividade política, promovendo um verdadeiro ataque às instituições que são a base do atual modelo de democracia, principalmente aquelas que são objeto de escrutínio e escolha por parte da população, como os partidos políticos, o Parlamento e o Poder Executivo, deslegitimando-as e enfraquecendo-as, fazendo uso de todo o seu grande poder de inserção, persuasão e, por conseguinte, bom nível de credibilidade e confiança da população, utilizando-se da já bem conhecida cultura política brasileira de desconfiança da população nas instituições, a qual certamente a mídia ajudou a construir e a ampliar com o decorrer do tempo. Por tudo isso, os meios de comunicação de massa (mídia) no Brasil, durante o período estudado por esta pesquisa, representados neste trabalho pelo Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão, contribuíram para a redução dos níveis de confiança da população na democracia e suas instituições, o que, por sua vez, instalou no país um ambiente de profunda crise política, colocando claramente em risco a própria estabilidade e manutenção do regime democrático.

Não se pode inferir ou afirmar, a partir desta pesquisa, que os meios de comunicação de massa tiveram a intenção de produzir o resultado tal qual ele foi produzido. O que é possível se inferir e afirmar com segurança, a partir dos dados apresentados na descrição das atividades causais hipotetizadas, é que esses meios de comunicação de massa (mídia), no Brasil da conjuntura estudada, acionaram todos os mecanismos necessários para a produção do resultado.

A consequência mais dramática e importante surgida a partir das conjunturas descritas por este trabalho foi a abertura, de forma definitiva, das portas para o aparecimento e fortalecimento, no Brasil, de um movimento de extrema direita radicalizada, com viés autoritário e fascista, que não tem o menor constrangimento em ameaçar de maneira explícita as instituições democráticas e os direitos mais fundamentais das pessoas, inclusive com a eliminação física dos seus oponentes.

Para esta pesquisa, foi exatamente a sequência de eventos descritos e analisados até no seu texto principal, tendo a mídia tradicional como grande protagonista e instrumento de propaganda, em uma articulação com setores do aparato jurídico-policial do Estado brasileiro — muito bem identificada por Souza (2016) e que tem sido diariamente comprovada pela revelação de diálogos entre procuradores do Ministério Público Federal e o juiz responsável pelo julgamento da maioria das ações da Operação Lava Jato, o que é terminantemente vedado pela Constituição brasileira — que criou as condições para que esse movimento se desenvolvesse e ganhasse as dimensões necessárias para eleger o seu principal representante, Jair Bolsonaro, como presidente da República.

Os desdobramentos de todo esse processo, especificamente para o Brasil, ainda não são de todo conhecidos, mas alguns de seus contornos já podem ser observados hoje, início de 2021, enquanto esta tese se encerra e o país atravessa a maior crise sanitária de sua história. O atual governo, que emergiu como

consequência da conjuntura descrita e analisada por esta pesquisa, na pessoa do presidente da República, tem demonstrado um profundo desprezo pelas normas que regem um regime democrático, ao ameaçar, de forma rotineira e explícita, as instituições que estruturam o modelo de democracia representativa vigente no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, S. R. Political Corruption and Democracy. *Journal of International Law*, v. 14, n. 2, p. 363–378, 1999.
- ALBUQUERQUE, A. A campanha presidencial no Jornal Nacional: observações preliminares. *Comunicação & Política*, v. 1, n. 1, p. 23–40, 1994.
- BAQUERO, M.; PRÁ, J. R. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2007.
- BEACH, D.; PEDERSEN, R. *Process-tracing methods: foundations and guidelines*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2013.
- BENNETT, A.; CHECKEL, T. J. *Process tracing: from metaphor to analytic tool*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CAVALCANTE, S. Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro. *Crítica Marxista*, n. 50, p. 121–130, 2020.
- CIOCARI, D.; PERSCHETTI, S. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. *Revista Alerjor*, ano 9, v. 2, 2018.
- EASTON, D. A. Reassessment of the concept of political support. *British Journal of Political Science*, v. 5, n. 4, p. 435–457, 1975.
- EMEDIATO, W. (org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: NAD, 2013.
- ENTMAN, R. M. Framing: toward clarification of fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.
- ENTMAN, R. M. Framing United-States coverage of international news: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents. *Journal of Communication*, v. 41, n. 4, p. 6–27, 1991.
- FAIRCLOUGH, N. L. *Teoria social do discurso*. Brasília, DF: Ed. UnB, 2001a.
- FAYE, J-P. *Introdução às linguagens totalitárias: teoria e transformação do relato*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

- FERES JÚNIOR, J.; SASSARA, L. O. O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998. *Compolítica*, v. 6, n. 1, p. 30–64, 2016.
- FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e práticas sociais. *Opinião Pública*, v. 15, n. 2, p. 386–421, 2009.
- FONSECA, F. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 6, p. 41–69, 2011.
- FONSECA, F. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- FOWLER, R. *Language in the news: discourse and the ideology in the press*. London: Routledge, 1991.
- GEORGE, A. L.; BENNET, A. *Case studies and theory development in the Social Sciences*. Cambridge: MIT Press, 2005.
- GLOBOPLAY/JORNAL NACIONAL. Todas as matérias jornalísticas contabilizadas e analisadas. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/jornal-nacional>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- GOFFMAN, E. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. New York: Harper & Row, 1974.
- GOMES, P. G. *Comunicação social: filosofia, ética, política*. São Leopoldo: Unisinos, 1997.
- GUAZINA, L. S. *Jornalismo em busca de credibilidade: a cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão*. 2011. 256 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2011.
- GUIMARÃES, J.; AMORIN, A. P. *A corrupção da opinião pública: uma defesa republicana da liberdade de expressão*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: UNESP, 2014. Obra originalmente de 1962.
- HERMAN, E.; CHOMSKY, N. *Manufacturing consent*. New York: Routledge, 1988.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialectic of enlightenment*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

- HUNTINGTON, S. Democracy's third wave. *Journal of Democracy*, v. 2, n. 2, p. 12–34, 1991.
- JOSÉ, E. *Intervenção da imprensa na política brasileira 1954–2014*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- LAMOUNIER, B. (org.). Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. In: LAMOUNIER, B. *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: IDESP, 1990. p. 13–35.
- LATIN AMERICAN PUBLIC OPINION PROJECT (LAPOP). *Brazil* [Banco de dados]. Disponível em: <www.LapopSurveys.org>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- LATINOBARÔMETRO. *Banco de dados*. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- LIMA, V. A. *Mídia, teoria e política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.
- LIMA, V. A. As concessões de radiodifusão como moeda de barganha política. *Revista ADUSP*, p. 26–33, jan. 2008.
- LIMA, V. A. Sete teses sobre a relação mídia e política. *Revista USP*, n. 61, p. 48–57, mar./maio 2004.
- LIPPMAN, W. *Public opinion*. New York: Harcourt, Brace and Co, 1922.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.
- MCCOMBS, M.; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, v. 36, p. 176–195, 1972.
- MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MENEGUELLO, R. Aspects of democratic performance: democratic adherence and regime evaluation in Brazil. *International Review of Sociology*, v. 16, n. 3, p. 617–635, 2006.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (org.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MIGUEL, L. F. *O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

- MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia: bases sociopolíticas da legitimidade da democracia*. São Paulo: PUC, 1995. (Ensaio 142).
- MOISÉS, J. A. A desconfiança das instituições democráticas. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 33–63, 2005.
- MOISÉS, J. Á.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso brasileiro. *Opinião Pública*, v. 14, n.1, p. 1–42, jun. 2008.
- NYE, J. S. Corruption and political development: a cost-benefit analysis. *The American Political Science Review*, v. 61, n. 2, p. 417–427, 1967.
- ORLANDI, E. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.
- PETTIT, P. *A theory of freedom. From the psychology to the politics of agency*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. C. (ed.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador; São Paulo: Edufba; Ed. Unesp, 2004.
- REUTERS; OXFORD. *Digital news report 2017*. 2017. Disponível em: <<https://www.digitalnewsreport.org/survey/2017/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- REUTERS; OXFORD. *Digital news report 2016*. 2016. Disponível em: <<https://www.digitalnewsreport.org/survey/2016/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- REUTERS; OXFORD. *Digital news report 2015*. 2015. Disponível em: <<https://www.digitalnewsreport.org/survey/2015/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- REUTERS; OXFORD. *Digital news report 2014*. 2014. Disponível em: <<https://www.digitalnewsreport.org/survey/2014/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- REUTERS; OXFORD. *Digital news report 2013*. 2013. Disponível em: <<https://www.digitalnewsreport.org/survey/2013/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- RUBIM, A. A. C. (org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Editora da UFBA; Fundação Editora UNESP, 2004.
- RUBIM, A. A. C. (org.). *Mídia e eleições de 1998*. João Pessoa/Salvador: Editora da UFPB; Edições Facom, 2000.

- RUBIM, A. A. C.; AZEVEDO, F. A. Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. *Lua Nova*, v. 43, n. 1, p. 189–216, 1998.
- RUBIM, A. A. C; COLLING, L. Mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura. *Comunicação e Política*, v. 22, n. 3, p. 169–189, 2004.
- SANTANA, E. *Jornal Nacional, um ator político em cena: do impeachment de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro: as bases da construção da narrativa jornalística que legitimou processos políticos na recente história brasileira*. 2020. 177 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG), Belo Horizonte, 2020.
- SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. Originalmente publicado em 1966.
- SOLANO, E. G. A bolsonarização do Brasil. In: SOLANO, E. G. *et al. Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 307–322.
- SOLANO, E. G. *Crise da democracia e extremismos da direita*. Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2018.
- SOUZA, M. V. *Vozes do silêncio: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil*. Florianópolis: Diálogo, 1996.
- SOUZA, J. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.
- SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- THOMPSON, J. B. *The media and modernity: a social theory of the media*. Stanford: Stanford University Press, 1995.
- TOSI, G. Crise do liberalismo político e a ascensão do liberalismo econômico e do populismo autoritário. O caso do Brasil. *Teoria Política*, v. 9, p. 227–249, 2019.
- TREISMAN, D. The causes of corruption: a cross-national study. *Journal of Public Economics*, v. 76, n. 3, p. 399–457, 2000.
- WOLF, M. *Teorias da comunicação: mass media, contextos e paradigmas, novas tendências, efeitos a longo prazo, o newsmaking*. Lisboa: Grupo Editorial Presença, 1999.